

AS MUTAÇÕES E TRANSITORIEDADES DO MUNDO DO TRABALHO FRENTE A SUPOSTA CRISE MUNDIAL*

Glauceia de Souza MUNHOZ**

Resumo: As últimas décadas do século passado foram testemunhas de um vigoroso desenvolvimento científico-tecnológico e de novas formas de organização da produção industrial e de gestão do trabalho em resposta à crise dos anos 70. Este texto visa inicialmente apresentar um breve resgate histórico sobre a emergência dos novos padrões produtivos, e as alterações engendradas de caráter quantitativo e qualitativo nas relações do homem com o trabalho. Em seguida destaca, em decorrência de tais fatos, o desemprego estrutural e a sub-proletarização tardia que passaram a permeiar o mundo do trabalho, bem como o surgimento de novos excluídos e de um classe trabalhadora mais fragmentada, heterogênea e etnicodiversificada. Finalmente, sugere um pensar sobre as práticas atuais e quais encontrar novos modelos de gestão para uma sociedade mais digna.

Palavras-chave: novos padrões produtivos; desemprego estrutural; sub-proletarização tardia; novos excluídos.

Mezumen: Las últimas décadas del siglo pasado fueron testigos de un vigoroso desarrollo científico-tecnológico y de nuevas formas de organización de la producción industrial y de la gestión del trabajo, en respuesta a la crisis de los años 70. Este texto visa inicialmente presentar un breve rescate histórico sobre la emergencia de los

Trabalho apresentado como atividade avaliativa da disciplina "História social do Brasil, Crime de Pó-guerra em Geografia de P. T. A. N. I. S. P. Universidade Paulo Pignatelli em São Carlos com Geografia de P. T. A. N. I. S. P., de Presidente Prudente. E-mail: gpmunhoz@uol.com.br

nuevos padrones productivos, y las alteraciones engendradas de carácter cuantitativo y cualitativo en las relaciones del hombre con el trabajo. En segunda destaca, en consecuencia de tales hechos, el desempleo estructural y la sub-proletarización tardía que pasaron a permear el mundo del trabajo, así como el surgimiento de nuevos excluidos y de una clase trabajadora más fragmentada, heterogénea y compleja. Finalmente, sugiere que pensemos sobre las prácticas actuales y quizás encontrar nuevos modelos de gestión para una sociedad más digna.

Palabras-clave: nuevos padrones productivos; desempleo estructural; sub-proletarización tardía; nuevos excluidos.

L. INTRODUÇÃO

Estamos presenciando nestas últimas décadas importantes transformações no mundo do trabalho. Novos modelos de gestão vêm emergindo, principalmente após os anos oitenta, os quais têm influenciado significativamente a natureza do trabalho, o conseqüentemente o papel do trabalhador. Observamos a ascensão de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho bem como o desaparecimento de empregos permanentes e formais. Outro fato que merece destaque é que, ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar sob as condições da sub-proletarização tardia.

Vários autores¹ fazem referência ao atual projeto hegemônico de mundialização que se encontra em curso, também conhecido como globalização, para justificar o conjunto de mudanças importantes vivido no interior das organizações, reorganizadas pelo capitalismo no sentido de completar o aprofundamento de um ciclo de internacionalização da economia, no qual temos experimentado um cenário de dúvidas e incertezas sobre o comportamento atual e tendências futuras dos mercados de trabalho.

O capitalismo vem passando por uma ampla transformação nas relações de produção, desencadeada pela desindustrialização e pelo desassistencialismo, conforme afirma Singer (2000), tendo como conseqüência direta o aumento brutal do desemprego que, atualmente, não é conjuntural, temporário e transitório, uma vez que as empresas defendem-se, pela inserção em mercados globalizados, pela contínua reestruturação.

Como resultado disto, apenas uma minoria de trabalhadores, que ocupa os lugares mais elevados da hierarquia ou que detém qualificações raras, continuará usufruindo plenamente da condição de empregado. Aos demais restará apenas duas opções: ou se integrarem ao novo tipo de relacionamento com a empresa (como fornecedor eventual, subcontratado ou como trabalhador temporário) ou ficam fora, como mão-de-obra descartada.

Aos primeiros exigem-se, cada vez mais, o desenvolvimento de novas habilidades e competências que os tornam atrativos ao mercado de trabalho, respondendo ao novo conceito de empregabilidade. Aos últimos, subproletários ou desempregados estruturais, resta compor o contingente dos novos excluídos da nova ordem capitalista.

L. OS NOVOS PADRÕES PRODUTIVOS E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

(1) longo ciclo de expansão da economia capitalista mundial vivida, de pós-segunda guerra até a crise dos anos 70, os "gloriosos anos dourados". Após esse período, como observa Nakatani (2002), o sistema capitalista em seu conjunto jamais voltou a apresentar desenvolvimento semelhante.

Este mesmo autor salienta que, enquanto a economia americana estava em crise nos anos setenta e vários países europeus apresentavam pequenos períodos de expansão com outros de estagnação, o Japão, e em seguida os demais países asiáticos (Hong-Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), passaram por um período

de crescimento excepcional, sendo apresentados como novos modelos para o capitalismo.

Apesar das imperfeições que caracterizavam o sistema de produção taylorista/fordista, e dentro de uma determinada quantidade de produtos, as empresas continuavam fabricando grande quantidade de produtos, o que fez com que o mercado consumidor, principalmente o norte-americano, conforme nos relata Souza (2002), ficasse saturado com bens de consumo. É neste momento, nos anos oitenta, que despoitam com força total no mercado mundial as indústrias automobilísticas japonesas,² contrastando com o modelo de produção, até então vigente, e desafiando o poder corporativo norte-americano.

Dentre as novas formas de gestão iniciadas no Japão, o *kanban* constituiu-se como um conjunto de técnicas sobre formas de organização do processo produtivo, juntamente com a introdução de novos equipamentos com controle numérico, que acelerou o ritmo de produção e aumentou a produtividade. Isso significou uma intensificação do trabalho elevando a taxa de mais valia e proporcionando um lucro extraordinário para os inovadores. A extraordinária e generalização desses processos suprimiram o lucro extraordinário e generalizaram a nova taxa de mais valia (NAKATANI, 2002).

Uma constatação significativa do autor é que estas novas formas preconizadas nas indústrias japonesas espalharam-se de maneira desigual tanto entre os países, quanto nos diferentes ramos da produção, concentrando-se principalmente nos países desenvolvidos e nos setores de ponta da economia. Tais formas permitiram o acelerado crescimento da economia japonesa nos anos setenta e oitenta e a retomada da hegemonia americana nos anos noventa. Entretanto, o seu desenvolvimento desigual aumentou a diferença relativa entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Vários destes países encontraram-se face à necessidade de uma reestruturação produtiva que destruiu parte do tecido industrial, que foi intensificado pela adoção das políticas neoliberais e pela privatizações.³

(Outro fator de importância extrema quanto aos novos padrões produtivos, refere-se à Revolução Técnico-Científica (RTC), a qual, na visão de Zebal Filho (1997), é a responsável primária pelas mudanças no modo e no meio de produção capitalista. Para o autor, a nova influência transcende a ciência ou a economia, em função do seu papel articulador na vida social, cultural e política do fim do século XX.

A RTC caracteriza-se pela associação do conhecimento científico à produção. Tal associação tem seu lugar histórico a partir do pós-guerra, com o surgimento de indústrias dependentes das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), como energia nuclear, petroquímica, biotecnologia e informática, e com o crescimento da indústria da educação, e com resposta às necessidades de formação de capital humano qualificado para alimentação da produção com portadores do saber. (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 27)

(Tiramos a atenção, a referência quanto à preconizada 3ª evolução Industrial. Para Zebal Filho (1997), esta se inaugura quando a RTC se manifesta sobre a lógica da produção e do trabalho, estabelecendo no conjunto articulado de diversas mudanças no mundo produtivo (meios e modos de produção) derivadas da RTC, na medida em que se cria a ambiência adequada da RTC, na qual as mudanças necessárias para tais mudanças e as condições normativas deste conjunto articulado referem-se à mudança do papel desempenhado pela "automação" no processo produtivo.

Aplicada inicialmente segundo os modelos de organização da produção de Taylor e de Fayol na substituição do trabalho humano diretamente ligado à linha de produção, a automação, até então entendida como mecanização e administração científica, levou ao

condicionamento do ritmo de trabalho do homem pela máquina, nos moldes do fordismo.

A partir desta nova revolução industrial, a automação passa a desempenhar um novo papel, ou seja, o de viabilizar o que Harvey (2003, p. 140) chama de "acumulação flexível".

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção intencionalmente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Autores como Antunes (2001) e Nakatani (2002) afirmam que as últimas décadas do século passado foram testemunhas de um vigoroso desenvolvimento científico-tecnológico e de novas formas de organização da produção industrial e de gestão do trabalho, em resposta à crise dos anos 70, destacando-se a constituição das formas de acumulação flexível e do modelo "toyotista" (ou modelo japonês)⁴, como alternativa ao binômio taylorista/fordista.

Ainda com relação à acumulação flexível, Alves (1999) menciona que o resultado histórico é muito impressionante, pois se estabeleceu um novo patamar de desemprego estrutural e a proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas.

No centro destes processos, Cartieral (2000) considera que ocorrem alterações significativas na base material do capitalismo, levando-se em conta dois aspectos: a microeletrônica (facilitando as comunicações, reduzindo os custos de transporte e interligando mercados em tempo real), e as modificações organizacionais (sugeridas a partir do formato da organização japonesa, a qual tem possibilitado modelos organizacionais diferenciados e mais ágeis). Tais alterações visam qualificar as empresas para os novos arranjos

78

em busca de mercados mais competitivos e globalizados, no qual a produção é organizada a partir das sinalizações da demanda e com critérios de qualidade para atender às exigências cada vez maiores de novos clientes.

Assim sendo, os novos padrões produtivos caracterizam-se por duas transformações, segundo Zebal Filho (1997). A primeira refere-se a migração da produção extensiva para a produção intensiva, e a segunda, a descentralização de um mesmo processo produtivo por regiões dispersas ao redor do globo, o que remete ao projeto de globalização, o qual em decorrência dos poderes de barganha comercial dos blocos e países, impõem, de acordo com os interesses dos diversos grupos, uma "nova divisão internacional do trabalho".

Para Singer (2000), a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, intentado, em parte, pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países. Contrariando esta afirmação, podemos verificar que para Zebal Filho (1997), a nova divisão do trabalho não é consequência direta da chamada globalização, mas sim ocasionada pela estratégia de descentralização da produção, viabilizada por desenvolvimentos tecnológicos revolucionários na comunicação e transmissão de dados à distância, engendradas pela revolução técnico-científica.

Outra afirmação contundente neste sentido é apresentada por Souza (2002). Segundo ela, foi a mundialização econômica capitalista que modificou, verdadeiramente, o processo produtivo, exigindo, concomitantemente, a reorganização da empresa. Desde então, as empresas viram-se forçadas a caminhar em direção aos processos de racionalização, reestruturação e intensificação da busca da produtividade do trabalho, levando-as a optarem:

[...] pela estratégia da mudança tecnológica, pela busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, pela dispersão geográfica para zonas que combinavam relações adequadas de

79

BRUNO
BRUNO
BRUNO

BRUNO

qualificação-salário, mercado de trabalho ofertado, facilidades logísticas de distribuição de produtos e mínima infra-estrutura eficiente, inaugurando um novo padrão de organização da produção, agora intensivo e descentralizado (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 28)

Diante destas opções, Souza (2002) observa que foi o capital que provocou alterações de caráter quantitativo e qualitativo nas relações do homem com o trabalho, considerando que o advento de novas tecnologias e novas formas de organização empresarial, tipicamente "poupadoras de mão-de-obra", como salienta Zebiral Filho (1997, p. 20), introduziu-se para além da produção direta na linha de montagem, alcançando todas as áreas e segmentos das organizações, através, dentre outros instrumentos gerenciais, da implementação da reengenharia (downsizing), e que, segundo Sernei (1999, p. 56), "o fato mais destacado na reengenharia é a redução de empregos".

Dentro desta lógica, o fechamento de postos de trabalho atinge todos os setores da economia, sejam eles, primários, motivado por necessidades de produção em alta escala; secundário, impulsionado pela necessidade de aumento de produtividade para a crescente competição internacional; e terciário, no qual atividades e profissões que não agregam valor à percepção do cliente final acerca do produto ou serviço ofertado estão desaparecendo (ZEBRAL FILHO, 1997). Estas reduções de postos de trabalho ensejam o "desemprego estrutural".

3. AS MUTAÇÕES E AS TRANSITORIEDADES...

A introdução de equipamentos informatizados mudou significativamente o perfil da força de trabalho demandada com a contínua desqualificação dessa força de trabalho, afirma Nakatani (2002). Neste sentido, o desenvolvimento científico-tecnológico

engendrou uma elevação na taxa de exploração da força de trabalho, aumento do desemprego e precarização dos empregos e dos trabalhadores. Do ponto de vista do capital, acelerou o processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto⁵, estimulando o sonho do capital de reproduzir-se sem a necessidade do trabalho. Além do mais, com a mundialização do capital, os países desenvolvidos conseguiram transferir uma boa parte do desemprego para o resto do mundo.

Lima (2000) chama-nos a atenção para o abalo significativo da microeletrônica sobre o construto societal da sociedade industrial, a ponto de já ser visível o fim do controle operário sobre o ritmo da produção. Para este autor, o processo de revolução biotecnológica e, sobretudo, o da microeletrônica com introdução de novas técnicas e novas filosofias de gestão, estão impondo à população economicamente ativa um envolvimento cada vez menor de modo direto no mundo do trabalho industrial, ensejando a repetir o mesmo fenômeno ocorrido com o velho camponês: o que ocasionaria, praticamente, a extinção da figura do clássico operário fabril⁶, uma vez que "a revolução microeletrônica inaugurará a era da abolição do trabalho. O trabalho cada vez menos implicará uma relação face-a-face do trabalhador com a matéria" (LIMA, 2000, p. 1).

Uma miríade de programadores de rotinas eletrônicas têm imposto novas complexidades nos processos de gestão de fábricas e de estabelecimentos comerciais e institucionais.

Cada vez mais, verificamos manifestações de atos programáveis, processos transformados em algoritmos produzindo programas computacionais complexos ou artefatos robóticos autômatos reprogramáveis, ou até mesmo, simples braços autômatos de funções especializadas, múltiplos sensores, biotecnologia nas atividades agro-industriais. Tudo isso implica uma massiva eliminação de atividade humana no mundo do trabalho. (LIMA, 2000, p. 1)

Evidencia-se assim, que os novos padrões produtivos e a reorientação da divisão internacional do trabalho têm determinado alterações radicais no mundo do trabalho, sendo a substituição do emprego pelo trabalho a principal dessas transformações. Visando elucidar tais diferenças, lançamos mão dos conceitos apresentados por Zebral Filho (1997, p. 92):

[...] "emprego" como uma relação de compra e venda da força laborativa entre contratado e contratante, formalizada contratualmente, padronizada, dotada de certo grau de rigidez com relação a contratação e demissão, e de certo grau de estabilidade com relação a permanência; tal relação é celebrada usualmente sem temporalidade preestabelecida e corresponde ao desempenho, por parte do contratado, de um conjunto de tarefas determinadas pelo contratante, segundo normas por este estabelecidas; de seu exercício derivam direitos sociais garantidos pelo Estado ao contratado e uma remuneração periódica.

[...] "trabalho" como uma relação, customizada ou personalizada, de compra e venda da força laborativa entre duas partes, formalizada contratualmente de modo difuso ou informalizada pelo acordo das partes; tal relação é dotada de menor ou nenhum grau de rigidez com relação à "entrada" e "saída" e de menor ou nenhum grau de estabilidade com relação à permanência; celebra-se para a obtenção de determinados resultados pactuados entre as partes através do desempenho de tarefas variadas e difusas escolhidas pelo contratado segundo acordo contínuo entre as partes, de cujo sucesso ou

82

insucesso deriva uma remuneração ligada aos resultados obtidos.

O autor ainda considera que questões como a inadequação das relações fixas e de alguma rigidez relativa, face às flutuações da demanda pela produção, e as constantes alterações tecnológicas no núcleo produtivo que exigem a cada instante novas habilidades e competências dos trabalhadores, têm forçado as empresas a renovar seu capital humano. Outra constatação refere-se à necessidade dos trabalhadores de se manterem empregados num ambiente de crescimento da produtividade (que provoca demissões), levando-os à busca conjunta de novos arranjos entre capital e trabalho no sentido de atender às necessidades de ambos.

Nesse sentido, o advento de alternativas inovadoras nas relações trabalho-capital, para além do emprego formal, tais como o contrato temporário de trabalho, trabalho doméstico, participação do trabalho no capital e terceirização de serviços, inicia uma nova era em que o emprego perde lugar para o trabalho (ZEBRAL FILHO, 1997).

Assim sendo, a transitoriedade no mundo do trabalho se torna inevitável. O mercado de trabalho exige constante atualização de conhecimentos para o desempenho dos novos papéis que vão surgindo. Dentre eles, um relaciona-se à necessidade de, nesse novo contexto, saber responder a todas as etapas do processo de produção, tornando-se "multifuncional" ou "polivalente" no sentido de saber resolver e mobilizar saberes para a resolução de problemas e desempenhar tarefas distintas a partir de uma mesma base de informação, ou seja, a fixação do posto de trabalho presente na organização Taylorista-Fordista deixou de ter relevância, tornando-se insuficiente para ditar exigências (CARLEIAL, 2000; SOUZA, 2002).

Diante deste novo trabalhador multifuncional ou polivalente, Nemeth (1999) argumenta sobre o esvaziamento do significado do trabalho, enquanto atividade, a qual pouco se acrescenta em termos de desenvolvimento e qualificação profissional, pois apesar do

83

trabalhador ter de operar mais de uma máquina, todas elas possuem características semelhantes, como o relato apresentado pelo autor ao visitar uma padaria que dispõe deste tipo de trabalhador:

Por exemplo, para serem contratadas hoje, as pessoas dos fornos têm de provar que entendem de computador. Comido, não usam muito desse conhecimento no emprego, onde simplesmente apertam botões num programa de Windows projetado por outros.

- Padaria, sapataria, gráfica, é só dizer, eu tenho as qualificações – disse uma das mulheres com uma risada, quando olhávamos os tonéis de lixo.

Os padeiros têm uma vivida consciência de que executam tarefas simples e broncas, fazendo menos do que sabem. (SENNETT, 1999, p. 82)

Destes modo, as mudanças no mundo do trabalho lançam um novo conceito, o da empregabilidade, a qual pode ser entendida como uma medida das qualificações intrínsecas do indivíduo (traduzidas por novas competências, habilidades e atitudes) que o tornam capaz de adequar-se às necessidades do mercado de trabalho, incrementando seu potencial de obter ou permanecer no emprego, em outras palavras, seria a capacidade de ser empregável (ZEBRAL FILHO, 1997; MUNHOZ, 2002).

4. O DESEMPREGO ESTRUTURAL E A SUBPROLETARIIZAÇÃO TARDIA

O desemprego estrutural e a sub-proletarização tardia, também conhecida como precarização do trabalho, são decorrentes de importantes transformações que o processo produtivo vem

engendrando nestas últimas décadas. Antunes (2001, p. 190) identifica as seguintes consequências:

- a) diminuição do operariado manual, fábri, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática;
- b) aumento acentuado das inúmeras formas de sub-proletarização do trabalho parcial, temporário, sub-contratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do Terceiro Mundo, como, também nos países centrais;
- c) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, part-time etc.;
- d) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços”, que inicialmente aumentaram em ampla escala mas que vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico;
- e) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países centrais;
- f) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições críminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outros;
- h) há, em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha;
- i) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam dos processos de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada.

Para Alves (1999), o crescimento da produção industrial, sob os auspícios do complexo de reestruturação produtiva é evidente. Porém, ele ocorre sem o incremento do emprego⁸⁶ (é o denominado *jobless growth*, que surge, seja nos países capitalistas centrais, seja no Terceiro Mundo industrializado), uma vez que, o imperativo capitalista mundial reside na crescente introdução de novas tecnologias microeletrônicas e de novos padrões organizacionais vinculados à lógica do toyotismo (a *lean production* – noção de “fábrica mínima”), não apenas na indústria, mas no setor de serviços (inclusive os vinculados à reprodução social).

Assim, o “desemprego estrutural” ocorre, na visão de Singer (2000), porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho, e quando estes surgem, têm sido tipicamente ocupados por não-de-outra feminina, muitas vezes empregada em tempo parcial, já mencionado anteriormente por Antunes (2001). O autor também observa que o desemprego estrutural causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico, pois ele não eleva necessariamente a quantidade de pessoas sem trabalho, contudo, contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir, precarizando-o.

A “sub-proletarização tardia” é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital, como afirma Alves (1999). Ela surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, principalmente, em setores modernos da produção capitalista. Deste modo, a sub-proletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporário ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Outro fato que o autor chama-nos a atenção, encontra-se no neologismo “informatização” das relações de trabalho, até então utilizado por alguns sociólogos e economistas que, segundo ele, trata-se apenas de um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado.

O propalado conjunto de mudanças que estão sendo inseridas, nestes últimos tempos, aliadas ao contexto de baixo crescimento

econômico e lenta retomada dos investimentos produtivos, conforme afirma Cartel (2000), tem propiciado um “ataque” à legislação trabalhista no sentido de flexibilizá-la⁸⁷ e tornar os custos do trabalho mais baixos. O aumento do desemprego, ao lado do conjunto de mudanças techno-organizacionais já referidas, fragiliza o coletivo dos trabalhadores que tem tido extrema dificuldade para preservar direitos já conquistados e estendê-los aos novos entrantes. Além disto, destaca a autora, o novo formato de organização tem estimulado a emergência de trabalhadores subcontratados que muitas vezes são regidos por contratos comerciais e não por contratos de trabalho, reproduzindo na linguagem marxista, a produção de mercadorias.

Com relação a subcontratação, Alves (1999) ressaltava que a intensificação de seu uso é um indicativo da sub-proletarização tardia, haja vista que a precariedade do emprego e do salário é o que caracteriza, de certo modo, a condição do trabalho assalariado nas pequenas unidades produtivas (fornecedoras e subcontratadas) que vinculam na órbita das corporações transnacionais, em detrimento de um contrato social de trabalho precário diferente do que se pratica na empresa principal. Desta maneira, a nova precariedade do trabalho assalariado – a sub-proletarização tardia – é adequada à lógica da acumulação flexível.

Na mesma perspectiva, o autor afirma que a sub-proletarização tardia é tão importante para a nova ordem do capital quanto o desemprego estrutural. O que ocorre na verdade, é um aspecto dissimulado da nova exclusão social, do qual o desemprego estrutural é sua face mais exposta, ao considerar que, na maioria das vezes, a discussão da quantidade de empregos sobrepe-se à da emergência da sub-proletarização tardia como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no final do século XXI.

A precarização do trabalho inclui, na ótica de Singer (2000), tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de certos direitos legais, bem como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.

5. CONSEQUÊNCIAS ...

O desemprego atual não se traduz como um fenômeno pontual, mas de alcance generalizado entre os países, gerando reflexos sobre todas as economias e todos os cidadãos, trabalhadores ou não, na medida em que se apresenta como produto de uma reordenação estrutural do modo de produzir capitalista no mundo moderno, mas que de certa forma transcende a esfera econômica de nossas vidas (ZEBRAL FILHO, 1997).

Há que se notar uma alteração conceitual importante, sob o novo desenvolvimento do capitalismo mundial, resgatada por Alves (1999), quando aponta para o novo sentido do exército industrial de reserva descrito por Marx (1984, p. 734), o qual era provedor de material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital.

O que antes poderia ser considerado "trabalhadores assalariados excedentes", sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, "população trabalhadora excluída". O "excedente" interverte-se em "excluído". (ALVES, 1999, p. 151)

Estes novos excluídos em função da "nova ordem capitalista", compostos pelas massas de desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital em virtude do desenvolvimento da produtividade do trabalho, vêem-se incapazes de serem incluídos novamente por essa nova ordem capitalista. No caso de países como o Brasil, parte da população nunca chegou a ser incluída, no sentido dos direitos trabalhistas básicos, como por exemplo o recebimento do salário mínimo e o registro em carteira de trabalho, entre outros.

O que ocorre agora é o fim da possibilidade de uma inclusão futura, que decorre na representação dessas pessoas como desnecessárias e descartáveis. Diante deste fato, Forrester (1997) alerta-nos para enfrentar a realidade de que as empresas não dão emprego simplesmente pela óbvia razão de que elas não têm necessidade.

O conceito de exclusão (ou "nova exclusão") é importante porque incorpora esses aspectos, inclusive culturais, denunciando o caráter dramático dessa situação. Assim, o que se constata é essa destrutividade da sociedade excludente, ao descartar e tornar superflua para o capital enormes contingentes da força humana mundial que trabalha, isso porque o capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho part-time, terceirizado, que se encontram em enorme crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços em toda a sociedade capitalista (ANTUNES E SOTELLO, 2003).

Para estes autores, mais que uma "anulação" do trabalho, como postulam os pensadores pós-modernistas, o que se vê na realidade, é uma nova configuração do mundo do trabalho, no qual o trabalho insalariado, estável, com direitos trabalhistas reconhecidos, mantém uma forte tendência a sua redução quantitativa em função da exclusão dos "novos proletários" que trabalham a tempo parcial, terceirizados e precarizados. Esta situação tem favorecido um incremento no movimento migratório por todo o mundo, por parte das novas populações humanas de trabalhadores desempregados e subempregados.

No tocante à realidade brasileira, Antunes e Sotelo (2003) expõem que as consequências sociais do desemprego e do subemprego são sutilmente percebidas "no varejo" e de modo empírico, independente de se fazer uma correlação que configure relações de causa-efeito entre desemprego e mazelas sociais. O que se apresenta de fato, para os autores, é que o desemprego é mais um revelador da extrema desigualdade social brasileira do que gerador desta.

Enfim, Nakatani (2002) apresenta-nos a triste constatação de que o século XX foi encerrado, em detrimento das mudanças engendradas pelo capital, com a ampliação da pobreza em escala mundial, com um terço dela vivendo no limite ou abaixo da linha de pobreza absoluta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mutações e transitoriedades que temos presenciado no mundo do trabalho são decorrentes das novas relações capitalistas de produção, derivadas da necessidade, por parte do capital, em reestruturar os seus processos produtivos, na tentativa de superar ou minimizar a crise que assolou, mais fortemente a partir dos anos oitenta, a maioria dos países.

Para enfrentar esse desafio, as empresas que tradicionalmente mantinham seu processo produtivo embasado no paradigma taylorista-fordista, viram-se diante da emergência de um novo modelo de gestão que apregoa um sistema de produção flexível, denunciando a obsolescência tecnológica e organizacional como um grave problema que permeava as empresas, tanto na produção como nos demais setores.

Esse processo vem desestruturando, em especial, as cadeias produtivas dos países subdesenvolvidos, centralizando o capital e tornando profundamente mais precária a reprodução da força de trabalho, como nos apresenta Nakatani (2002), haja vista o aumento da exploração, seja através da extensão da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, bem como pela superexploração através da redução do salário real, sem contar nas perdas das conquistas legais para os trabalhadores.

Os trabalhadores também foram e estão sendo afetados, por exemplo, pela perda da representatividade sindical, uma vez que a reestruturação produtiva e a desregulamentação e flexibilização dos mercados de trabalho, fizeram com que os sindicatos perdessem a maior parte de suas antigas bases operárias. Neste sentido, Antunes

90

(1999) observa que tais transformações são resultadas, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, da necessidade de desmobilização da classe trabalhadora e do seu movimento sindical.

Assim, este mesmo autor considera que as mutações ocorridas engendraram uma classe trabalhadora mais fragmentada, heterogênea e complexificada (qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, jovens/velhos, homens/mulheres, estáveis/precários, imigrantes, entre outros). Houve uma relativa qualificação e intelectualização do trabalho para alguns setores, contudo houve também uma desqualificação e precarização para outros, inclusive pelo incremento do desemprego estrutural que assolou as últimas décadas.

Estamos diante de um grande paradoxo, como observa Souza (2002), pois nesta fase histórica em que o trabalhador é chamado para resolver os problemas das organizações, o que, além de reconhecimento, exige também comprometimento, diminui a tendência de se ter um contrato formal de trabalho. Outra constatação feita pela autora é que, mesmo quando a vantagem relativa da experiência sobre o conhecimento parece estar decrescendo a passos largos, os trabalhadores do conhecimento são também dispensados, como qualquer outro, quando suas competências se tornam obsoletas.

Para Lima (2000), o problema é que estamos sendo governados por uma hegemonia que sabe cada vez fazer mais, melhor e mais rápido, e com o acinte de fazê-lo cada vez menos com atividade humana, e cada vez pensando menos sobre os impactos desse seu fazer. O autor acredita que estamos dominados por um império de práticas não-reflexivas, de um fazer em si mesmo, que está nos conduzindo a caminhos sem sentido. Apesar de termos que continuar a fazer e a fazer melhor e mais rápido, é fundamental que saibamos integrar esse fazer a um pensar sobre o fazer.

O que se espera não é o simples incremento de postos de trabalho, pois o verdadeiro desafio é muito maior, sob a ótica de Adorno Filho (1997). Segundo ele, faz-se necessário dotar a economia com a capacidade de gerar continuamente empregos formais de

91

qualidade e obter continuamente ganhos de produtividade que permitam incrementos na renda proveniente do trabalho.

Corroborando com estas reflexões, acreditamos que os principais protagonistas destes embates, organizações e trabalhadores, precisam encontrar caminhos, através de novos debates e modelos de gestão, que os levem a uma sociedade na qual o trabalho ainda os dignifique, e que sejam todos capazes de buscar um lucro "possível" em vez de um lucro "selvagem e predador", o qual vem destruindo a humanidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2 ed. Londrina, PR: Praxix, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Biotempo, 2001.
- _____. e SOTELLO, Adrián. **La Sociedad del trabajo excluyente y la calidad total en el capitalismo "postmoderno"**. 2003. Disponível em: <<http://www.redem.buap.mx/word/adrian15.doc>>. Acesso em 03 mar. 2004.
- CARLEIAL, Liana. **Mercados de trabalho, assalariamento e a crise do trabalho**. 2000. Disponível em: <<http://getid.fiec.fr/communications/loique/ComCarleialdoc.doc>>. Acesso em 03 mar. 2004.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LIMA, Gilson. **A crise da centralidade do mundo do trabalho**. [2000]. Disponível em: <<http://www.humanas.unisinos.br/professores/gilson/textos/centralidade.html>>. Acesso em 03 mar. 2004.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 2, 9ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MUNHOZ, Gláucia de Souza. **Educação corporativa e empregabilidade: um estudo sobre a Universidade do Valejo (UV)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.
- NAKATANI, Paulo. **A crise atual do sistema capitalista mundial**. 2002. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m19-mnkatan1.doc>>. Acesso em 03 mar. 2004.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, Neyde Lopes de. **Globalização: impactos sobre as relações do homem com o trabalho**. *Revista Relações Humanas*, São Paulo: Centro Universitário UNIFEI – Depto. Administração, n. 19, junho de 2002.
- ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdade: evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: CRUB, 1997.

Notas:

¹ Dentre os quais destacamos Zebal Filho, 1997; Antunes, 1999; Alves, 1999 e Singer, 2000.

² Fante as indústrias automobilísticas japonesas desta época, se destaca a Toyota, e em decorrência da sua forma de produção, alguns autores passaram a denominar este novo modelo de "toyotista".

³ No final dos anos oitenta, sob o patrocínio do Banco Mundial e do FMI, uma reunião de representantes de governo, técnicos de instituições públicas e economistas realizaram uma reunião da qual resultou um conjunto de regras que é conhecido hoje como o Consenso de Washington. Dentre essas regras constam a privatização das empresas estatais, a liberalização do fluxo de capitais, a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação do mercado de trabalho, as reformas fiscais e previdenciárias, entre outras (NAKATANI, 2002, p. 4).

⁴ Para uma melhor elucidação deste modelo, sugerimos ler em Alves (1999) os capítulos 4 (Toyotismo e mundialização do capital) e 5 (Racionalidade (e desrazão) do Toyotismo).

⁵ A conversão do trabalho vivo para o trabalho morto refere-se à transferência das capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada (ANTUNES, 2001, p. 220).

⁶ Lima (2000) relata que alguns estudiosos têm projetado a tendência, já na primeira metade do Século XXI, de uma população envolvida ativamente, tanto na produção rural como na industrial, de não passarem de 10% da população ocupada. A tendência é *esgotar* a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a *procurar* de empregos.

⁷ Excluído parcelar ou total de compensações usuais, garantidas em lei.

⁸ Antunes (2001) menciona que um terço da população mundial encontra-se realizando trabalhos precários, em condições precarizadas ou está desempregada.

Recebido para publicação em 31/05/2004

PROLEGÔMENOS A UMA GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS*

Nelson Rodrigo PEDON**

Resumo: Reunimos neste texto, que é apresentado na forma de um ensaio, um conjunto de idéias que servem de aporte teórico-metodológico para a realização de nossa pesquisa referente a atuação de uma associação de moradores na cidade de Aracatuba/SP. A crise do marxismo, reflexo das mudanças sociais vividas por nossa sociedade nas últimas décadas, a emergência de uma forma relacional de pensar os problemas sociais e a inserção de um pensamento verdadeiramente dialético no campo da Geografia, são temas mais amplos e que transcendem o papel tradicionalmente atribuído às ciências sociais, e por extensão a Geografia, mas que devem fazer parte do arsenal epistemológico utilizado pelos que pretendem estudar os movimentos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: participação popular; marxismo; dialética; espaço; sociedade.

Resumen: Juntamos en este texto, de que presentamos en la forma de un ensayo, un sistema de las ideas de las cuales sirven de portuario teórico-metodológico para la realización de nuestra investigación que se refiere el funcionamiento de una asociación de habitantes en la ciudad de Aracatuba/SP. La crisis del marxismo, consecuencia de los cambios sociales vivió por nuestra sociedad en

* Trabalho apresentado à disciplina "História social do trabalho no Brasil", ministrada pela Prof. Dr. Eda Maria Goes, no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP em Pres. Prudente/SP.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP em Pres. Prudente/SP, bolsista da FAPESP e Membro do GASPERR. E-mail: pedon_nelson@yahoo.com.br / eou npedon@yahoo.com.br